

A formação intelectual de Celso Furtado

Marina Gusmão de Mendonça

Como citar: MENDONÇA, M. G. A formação intelectual de Celso Furtado. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 1-20. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p1-20>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE CELSO FURTADO

Marina Gusmão de Mendonça¹

No momento em que se completam dois anos da morte de Celso Furtado, e coincidindo com o fim de uma campanha eleitoral marcada pela ausência de discussões e propostas para o desenvolvimento brasileiro, uma reflexão sobre a obra de nosso maior economista e um dos mais fecundos intelectuais brasileiros torna-se absolutamente necessária.

Celso Furtado foi, com certeza, o economista mais influente de sua época e sua originalidade está, principalmente, no fato de que:

Traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise do modelo primário-exportador e, mais genericamente, do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 6).

¹ Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professora Titular de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina na Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); autora de *O demolidor de presidentes* (Editora Códex), *Progresso e autoritarismo no Brasil* (Editora Pensieri) e de *Formação econômica do Brasil* (Editora Thomson), este último em colaboração com Marcos Cordeiro Pires; tem no prelo o livro *Histórias da África* (Editora Conex).

E foi exatamente por pensar sobre a economia brasileira fora dos padrões estabelecidos pela teoria neoclássica que Celso Furtado pôde criar uma obra inteiramente original, a qual levaria, segundo Vieira (2004/2005, p. 16), à fundação:

De uma verdadeira escola econômica, o estruturalismo, na qual se filiam, a partir de vieses distintos, mas não antagônicos, os mais destacados economistas brasileiros de hoje, a exemplo de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, José Luiz Fiori, Wilson Cano, Luiz Gonzaga Beluzzo, entre outros.

Como bem ressaltaram Constantino Mendes e Joanílio Teixeira,

Furtado enquadra-se no tipo de analista mencionado por Dobb, para o qual as questões fundamentais do desenvolvimento econômico serão respondidas se forem ultrapassados os limites do tipo tradicional e limitado de análise econômica, cujo realismo é sacrificado à generalidade, e desde que seja abolida a fronteira entre o que é moda rotular como ‘fatores econômicos’ e como ‘fatores sociais’. Sua abordagem teórica pode ser avaliada em três etapas: a primeira, construída a partir da década de 1940, analisa o subdesenvolvimento de um ponto de vista mais teórico; a segunda, dos anos 1950 aos 1970, considera aspectos sócio-econômicos e políticos, influenciados por suas experiências políticas; e a terceira, nos anos 1980, com sua transição para a problemática do subdesenvolvimento no plano cultural. (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 8).

Durante toda a sua trajetória, esse grande intelectual jamais deixou de refletir sobre os grandes problemas brasileiros, fazendo da urgência do desenvolvimento e de propostas para atingi-lo o mote para uma obra extraordinária. Além disso, ele “se destaca de outros autores por ter sido um dos poucos a intervir diretamente na realidade, o que tanto seus interesses como experiência de vida permitiram.” (RICUPERO, 2005, p. 371). Dessa maneira, uma recuperação de sua formação faz-se imprescindível, não apenas pelo fato de que seu pensamento estava embasado em uma sólida experiência acadêmica e técnica, como também pelo exemplo que representa para nossos economistas e cientistas sociais.

OS PRIMEIROS ANOS

Celso Monteiro Furtado nasceu em 1920, em Pombal, interior da Paraíba. Iniciou os estudos primário e secundário em João Pessoa,

completando-os no Recife. Em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, começando também a trabalhar na *Revista da Semana*. Em 1943 foi aprovado em concurso público realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o posto de técnico de administração, assumindo o cargo perante o Departamento do Serviço Público do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Em 1944, convocado para o serviço militar, cumpriu-o no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), publicando também seus dois primeiros artigos na *Revista do Serviço Público*, editada pelo DASP. No final daquele ano concluiu o curso de Direito, sendo convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para a Itália no início de 1945. Voltou ao Brasil em agosto, reassumindo o cargo no serviço público, onde permaneceu até 1946.

Nesse ano receberia o prêmio Franklin Delano Roosevelt, o primeiro de sua fecunda carreira, concedido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, pelo ensaio *Trajatória da democracia na América*. Também em 1946 publicaria seu primeiro livro, *Contos da vida expedicionária* (FURTADO, 1997), sobre suas experiências na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. No final daquele ano viajaria para Paris, onde se inscreveu no programa de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne.

Conforme relatou em suas memórias, durante o inverno de 1946/1947 viajou por grande parte da Europa Central e Ocidental, “encontrando um panorama desolador”. Segundo ele,

O quadro na Alemanha era realmente tétrico, certas populações parecendo haver regredido à idade da caverna [...]. Tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara. [...] Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia dar a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu. Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa. (FURTADO, 1997, p. 95-96).

A formação de economista de Celso Furtado era a de um autodidata, de resto, como a da maior parte dos economistas de sua geração. Para ele, a economia era “um instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se

exibia como presente em nossos olhos”. Ademais, como esclareceu, seu grande interesse era a planificação, não apenas pelo exemplo da União Soviética, como também porque “estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas”. Assim, “como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que essa instabilidade tendia a agravar-se? Era o que nos ensinava a História.” (FURTADO, 1997, p.98).

De outra parte,

como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerentes às economias de mercado. [...] A solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. (FURTADO, 1997, p. 99).

OS ANOS EM PARIS

Ao chegar a Paris, Celso Furtado estabeleceu contato com o Professor Maurice Byé, que conhecera no Brasil. Byé, que era discípulo de François Perroux, um seguidor de Schumpeter, especializara-se em comércio internacional. Mas sua ótica da realidade econômica era essencialmente dinâmica, ou seja, pressupunha que o nacional e o internacional se entrelaçavam. Embora tenha sido um dos primeiros economistas a teorizar sobre os conglomerados transnacionais, na época estava interessado em retomar os contatos com os problemas econômicos brasileiros. Dessa forma, e por sua orientação, Celso Furtado se inscreveu no programa de doutorado em economia, mas, dado seu interesse por História, decidiu também se matricular no Instituto de Ciências Políticas.

A curiosidade pela realidade européia do imediato pós-guerra o levaria ainda a procurar viajar para poder observar melhor o continente. Com esse intuito, inscreveu-se no Festival Mundial da Juventude, que se realizaria em Praga, e também se integrou numa brigada francesa que trabalharia na construção de uma estrada de ferro na Bósnia. Em suas memórias, lembrou-se dessas experiências que o levaram a refletir sobre o drama da Europa na época.

Os sistemas econômicos, semidestruídos e desmantelados, pareciam empacados em ponto morto. A reconstrução avançara até onde fora necessário para assegurar a sobrevivência, mas o processo de acumulação não retomava. De onde retirar os recursos para financiar os investimentos exigidos pela vasta obra de reconstrução? A Europa ocidental se apresentava como uma imensa engrenagem avariada, operando com rendimento extremamente baixo. A situação da Alemanha ocidental era agravada pela leva de milhões de pessoas que emigravam das regiões do Leste. (FURTADO, 1997, p. 109).

Ao voltar para Paris, iniciou a pesquisa sobre a economia colonial brasileira durante o período de predomínio da produção açucareira. Por sugestão de Byé, procurou comparar a economia açucareira do Brasil com a das Antilhas francesas, que se tornou concorrente da nossa. Segundo Celso Furtado (1997, p. 113) sua

Visão internacional da formação da economia brasileira começou com esse exercício. A confrontação com a economia antilhana, em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo um sistema de pequena propriedade, instalado com grande ajuda financeira do governo francês, e impôs o latifundismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro.

A pesquisa, que resultou em sua tese de doutoramento, foi defendida sob o título de *L'économie coloniale brésilienne*, sob a orientação de Maurice Byé.

Durante sua permanência na França, Celso Furtado manteve grande contato com Paulo Emílio Salles Gomes, que lhe chamou a atenção para os cineclubes de Paris, onde freqüentemente as exposições eram seguidas de debates. Por outro lado, as discussões vibrantes que ocorriam nos cafés e nos corredores da universidade levaram-no a procurar aprofundar seu conhecimento sobre as duas grandes tendências filosóficas em voga naquela época na França: o existencialismo e o marxismo. Aliás, no que se refere a este último, do qual

Celso Furtado ressalta apenas a sua postura crítica, [...] é importante dizer que sua influência permeia o pensamento da época, especialmente o de inspiração terceiro-mundista. Foram poucos os intelectuais que, nos anos 50, de uma maneira ou de outra não receberam a influência do marxismo, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da forte carga de historicidade das sociedades nacionais. (VIEIRA, 2004/2005, p. 20).

Quanto à Universidade, Furtado ficaria extremamente impressionado com o curso de economia industrial ministrado por Perroux que, na ocasião, estava desenvolvendo suas idéias sobre “pólo de crescimento” e “unidade interterritorial”, que viriam a contribuir para alterar a visão das relações econômicas internacionais. Também as aulas de Bertrand Nogaro chamaram-lhe a atenção, principalmente pelo fato de ter sido o primeiro a colocar a teoria do balanço de pagamentos no centro dos problemas monetários.

Na verdade, a própria ebulição intelectual francesa do período era um estímulo para a mente de Celso Furtado. Como ele bem assinalou em suas memórias:

As transformações que estavam em curso na época [...] eram mais profundas do que qualquer de nós suspeitava. À diferença do que ocorrera na Inglaterra, a guerra provocava na França ampla renovação das elites. Emergia uma geração nova de dirigentes, tanto na esfera pública como na privada, que logo se aperceberia de que o quadro internacional do pós-guerra pouco teria a ver com o passado. Compreenderam a necessidade de reconstruir em novas bases o Estado, a que caberia o papel de monitorar a economia, inclusive em busca de nova inserção internacional. [...] A economia francesa teria de abandonar sua situação de semi-isolamento e conúbio com o mundo colonial, para integrar-se na corrente dominante agora comandada pelos Estados Unidos. (FURTADO, 1997, p. 124).

O RETORNO AO BRASIL

Celso Furtado retornaria ao Brasil no segundo semestre de 1948, e as transformações havidas nos dois últimos anos o impressionaram muitíssimo. Como assinalou Bernardo Ricupero, até meados da década de 1940 o Estado era considerado como um domínio do pensamento autoritário.

Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral argumentavam que caberia ao Estado organizar a sociedade. Com o regime autoritário do Estado Novo implantado em 1937, esses autores vieram a ter particular influência. A própria trajetória de Furtado foi impulsionada pelas novas condições do país, em que o planejamento e a ação do Estado na economia passaram a ter papel central. (RICUPERO, 2005, p. 375).

No entanto, conforme lembrou o próprio Furtado, o fim do Estado Novo, em 1945, tivera “o efeito libertador de uma catarse”, pois

Após longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida. Ter participado diretamente da luta mundial contra a barbárie fascista dava-nos a sensação de que agora saberíamos defender nossos próprios direitos. [...] Estava na ordem do dia acreditar no Brasil.(FURTADO, 1997, p. 127-128).

Todavia, o quadro mudou rapidamente, e

As ilusões sobre uma rápida reconstrução da economia tiveram que ser abandonadas. Em face do clima de insegurança criado pelos desequilíbrios interno e externo, os investimentos privados se concentravam na especulação imobiliária. [...] Em razão das deslocamentos que sofrera a economia internacional, do enorme atraso dos investimentos infra-estruturais e do baixo nível de poupança interna, o Brasil não reunia as condições mínimas necessárias para poder encetar uma política de desenvolvimento. [...] A inflação se mantinha tão intensa quanto no período da guerra [...] Crescia, em conseqüência, a intranqüilidade social. (FURTADO, 1997, p.128-129).

As soluções buscadas pelo governo brasileiro perante as autoridades americanas não tiveram resposta. Entretanto, em setembro de 1948, uma missão chefiada por John Abbink, que embora fosse representante de empresas privadas ostentava o título de embaixador, foi recebida com grande entusiasmo pelos meios de comunicação, e o governo logo organizou uma comissão local para servir de contraponto aos técnicos americanos. A Missão Abbink limitou-se a constatar o quadro calamitoso da economia e recomendar a implantação do Plano SALTE, mas frisava que o mais importante era o equilíbrio externo, apoiando os controles das importações para liberar recursos para pagamento dos atrasados comerciais. Celso Furtado pôde acompanhar os debates sobre a Missão Abbink da redação da revista *Conjuntura Econômica*, na qual passara a trabalhar por ocasião de seu retorno da Europa. A publicação era dirigida por Richard Lewinsohn e editada pela Fundação Getúlio Vargas.

A EXPERIÊNCIA NA CEPAL

Pouco tempo depois, Celso Furtado foi convidado para integrar a equipe da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão

criado pela ONU e que estava se instalando em Santiago do Chile. Lá, foi incorporado ao grupo de estudos de economia industrial, chefiado por Milic Kybal. No entanto, e como a CEPAL ainda estivesse em fase de instalação, a equipe era muito pequena, sendo formada basicamente por Furtado, pelo boliviano Jorge Alcázar, o salvadorenho Francisco Aquino, o peruano Jorge Rose, os argentinos Raúl Rey Alvarez e Alizón Garcia, o chileno Bruno Leuschner e o cubano Regino Boti. Todos teriam que levantar dados para a preparação de uma análise de conjunto sobre a economia latino-americana, a ser apresentada na conferência de Havana, em maio de 1949.

Logo que chegou a Santiago, Furtado foi encarregado de esboçar uma análise sobre a situação habitacional e de saneamento do continente, ficando extremamente impressionado com a precariedade das condições de vida das massas urbanas latino-americanas. Porém, o que mais lhe chamou a atenção foi a constatação do atraso brasileiro em relação ao restante da América Latina. Segundo ele, a indagação sobre as razões desse atraso se transformaria numa verdadeira obsessão durante vários anos.

Em fevereiro de 1949, chegou a Santiago o argentino Raúl Prebisch, na época o único economista latino-americano de renome internacional. Prebisch havia sido o criador e, depois, dirigente do Banco Central da Argentina, e sua atuação no enfrentamento da crise de 1938 recebera diversos elogios. Sua incumbência era a de elaborar, como consultor, um estudo sobre a situação econômica da América Latina. Assim, no final de março, divulgou um primeiro texto sobre os desequilíbrios dos balanços de pagamentos, analisados a partir da acumulação de reservas nas economias dominantes, por ele consideradas “centro principal”. Daí apresentava os princípios de uma política anticíclica para as nações “periféricas”, ou seja, os países latino-americanos. Para ele, esse desequilíbrio externo estava diretamente vinculado ao que chamava de “limites da industrialização”, acrescentando reflexões sobre a questão da inflação e das políticas de controle cambial.

No entanto, esse primeiro texto de Prebisch acabou recolhido sem maiores explicações, e um novo não circulou para discussão, chegando pronto pouco antes do embarque para Havana. De acordo com Furtado, dessa vez, o que havia era um verdadeiro manifesto, em que Prebisch conclamava os países latino-americanos a lutarem pela industrialização.

O texto não comportava propriamente uma crítica à teoria clássica (ou neoclássica) do comércio internacional. Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a ‘repartir-se com equanimidade’ entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia. [...] Para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham de adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico. (FURTADO, 1997, p. 154-155).

Diante da inovação que representavam essas idéias, Celso Furtado pediu licença a Prebisch para traduzir o texto para o português e publicá-lo na *Revista Brasileira de Economia*, dirigida por Eugênio Gudín. Para isso, veio ao Brasil, de onde retornou para Santiago com grande quantidade de material sobre nosso país. Seu objetivo agora era estudar a economia brasileira para tentar desvendar as causas reais de seu atraso. Estava convencido de que essas causas seriam encontradas na História, ou seja, nas particularidades da formação nacional. O resultado foi um ensaio publicado em março de 1950 na *Revista Brasileira de Economia*, no qual o autor introduzia inovações metodológicas, tais como o conceito de “poder de compra do país no exterior”, o qual seria adotado pelos estudos da CEPAL sob a denominação de “capacidade para importar”.

As repercussões do texto de Prebisch por toda a América Latina levaram a um convite para que permanecesse na CEPAL, com a função de dirigir um centro de pesquisas. Juntamente com outros quatro economistas, Celso Furtado foi convidado a participar desse centro, cuja tarefa inicial seria a preparação de um estudo anual acerca da economia latino-americana, com base nos dados sobre as quatro maiores economias do continente, ou seja, Brasil, Argentina, México e Chile.

Logo após a Conferência da CEPAL realizada em Montevideu, em maio de 1950, Prebisch assumiu o cargo de secretário executivo da instituição. Para a função de secretário substituto foi nomeado o norte-americano Louis Swenson. No ano seguinte, Furtado foi enviado aos Estados Unidos para participar de um seminário organizado pela Universidade de Chicago. Lá, ele teve a oportunidade de manter contatos,

entre outros, com Vassily Leontieff, Walt Rostow, Bert Hoselitz, Theodore Schultz, E. J. Hamilton, e Melville Herskovits. Esses contatos permitiram a ele perceber os avanços de diversas áreas nas temáticas relacionadas com a questão do desenvolvimento.

No campo propriamente da economia, as coisas iam mais devagar. [...] O pesado corpo da ciência econômica, concebido para funcionar em um universo onde a dimensão tempo inexistia, oferecia grande resistência. Mas a fortaleza estava sob assédio. Em torno dela pipocavam idéias novas vindas da história econômica, da demografia, da antropologia, da sociologia, da história da ciência e das técnicas. Em pouco tempo mais, cristalizaria o paradigma do desenvolvimento [...]. Ao ganhar nitidez esse paradigma, impor-se-ia a necessidade de romper fronteiras e buscar a interdisciplinaridade, de afrouxar as camisas-de-força do funcionalismo, de recolocar o problema epistemológico da relação entre fins e meios nas ciências sociais. (FURTADO, 1997, p. 197).

Diante da penetração das idéias desenvolvidas pela CEPAL em diversos países latino-americanos, principalmente no Brasil e no Chile, a reação norte-americana não tardaria. Para os Estados Unidos, a CEPAL não passava de uma instituição que atropelava as funções da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, e extremamente dócil aos interesses daquele país. Dessa maneira, o Departamento de Estado norte-americano procurou influenciar as chancelarias latino-americanas para que recomendassem ao Conselho Econômico e Social da ONU o encerramento das atividades da CEPAL. O embate se daria durante a Conferência do órgão na Cidade do México, em maio de 1951. Acabou vencendo a posição dos que defendiam a manutenção da CEPAL, principalmente pelo apoio firme da delegação brasileira.

Quando a conferência terminou, Furtado pediu a Prebisch que fossem incluídos nos quadros da CEPAL pesquisadores de outras áreas das ciências sociais, o que foi prontamente aceito. Dessa forma, incorporou-se ao grupo o sociólogo espanhol José Medina Echevarria. Posteriormente, também ingressaram os economistas Juan Noyola Vasquez, mexicano, e Alexandre Ganz, norte-americano. As discussões passariam a ter como foco principal a questão do planejamento econômico. Por outro lado, seria criado um programa de treinamento em questões de desenvolvimento econômico, dirigido por Jorge Ahumada, cujo objetivo era formar especialistas nessa área.

Nessa ocasião, o Brasil se tornara um centro de debates sobre a questão do desenvolvimento. De um lado, estavam os grupos liderados por Eugênio Gudin, que trataram de empreender uma verdadeira cruzada contra as idéias da CEPAL, no que foram reforçados por uma série de conferências, proferidas na Fundação Getúlio Vargas pelo Professor Jacob Viner, da Universidade Princeton, em que ele fez uma acerba defesa da ortodoxia econômica. Porém, no ano seguinte, a visita do Professor Ragnar Nurkse, da Universidade Columbia, traria novos ares para a discussão sobre o desenvolvimento. A respeito das idéias de Nurkse, Celso Furtado faria uma série de comentários, finalmente condensados num artigo publicado pela *Revista Brasileira de Economia*, em 1952. O trabalho seria ainda reproduzido no nº 4 do *International Economic Papers*, publicação que se destinava a divulgar textos teóricos produzidos em língua estrangeira, e, depois, incorporado ao livro *A economia brasileira*, editado em 1954.

Nesse livro, Furtado analisava as categorias do processo histórico de desenvolvimento econômico, a estrutura e a crise da economia colonial, bem como os problemas do crescimento recente do país. Uma de suas principais contribuições seria a formulação da teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na ciência econômica.

DE NOVO NO BRASIL

Celso Furtado estabeleceu-se novamente no Brasil no início de 1953 e, a convite de Roberto Campos, aceitou colaborar nos trabalhos da recém-criada Comissão Mista CEPAL-BNDE. Nessa ocasião, preparava-se para participar da próxima Conferência da CEPAL, em maio do mesmo ano, a ser realizada em Petrópolis, e onde seria apresentado o texto *Técnica de planificação*. Todavia, o quadro de crise política do país acabaria por desviar as atenções da conferência.

Isso, contudo, não impediu que os debates se transferissem para os jornais, com a publicação, pelo *Correio da Manhã*, de vários artigos de Gudin contra a *Técnica de planificação*. Prebisch respondeu também com uma série de artigos, divulgados pelo *Diário de Notícias*, sob o título de *A mística do equilíbrio espontâneo da economia*. Ao mesmo tempo, Octavio Gouveia de Bulhões trazia a público um texto, no *Jornal do Comércio*, com o título de *A programação do desenvolvimento econômico*, em que defendia a tese de que somente

pela estabilidade econômica o desenvolvimento seria alcançado. Sobre o verdadeiro cerne desse debate, diria Celso Furtado (1997, p. 277):

Em um país como o nosso, o discurso político é sempre tributário de fórmulas moldadas no exterior. O desenvolvimento material é quase necessariamente imitativo, dado que os empresários industriais têm à sua disposição processos produtivos comprovados pela experiência de economias mais adiantadas, entre os quais faz a sua escolha. Mas a problemática do desenvolvimento abarca todo o processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente.

De qualquer forma, e dada sua experiência na CEPAL, Furtado seria convidado pelo Coronel Jurandir Bizarria Mamede para fazer uma série de conferências sobre planificação na Escola Superior de Guerra (ESG) que, na época, vinha adquirindo grande importância nos meios militares. Isso, contudo, não o impediu de estabelecer contatos com vários intelectuais no Rio de Janeiro, entre os quais destacavam-se Anísio Teixeira, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Paulo Rónai, Otto Maria Carpeaux e Hélio Jaguaribe.

É preciso notar que, em torno deste último seria formado um grupo de debates sobre a situação do país, o qual, posteriormente, se transformaria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Jaguaribe estava extremamente preocupado com o momento que vivia o país e com os riscos representados pelo golpismo da direita e pela falta de preparo da esquerda. Dessa forma, convidou Celso Furtado para proferir uma série de conferências no ISEB.

Esta foi, segundo Furtado, uma oportunidade para organizar reflexões sobre o processo de desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica.

Preocupava-me, então, encontrar formas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da história e da análise. Sem haver tomado conhecimento dos trabalhos da *École des Annales*, eu buscava, na mesma época, o entrosamento da história com as ciências sociais, partindo destas últimas, enquanto os membros dessa escola partiam da primeira. Não se tratava, para mim, de ‘explicar’ a História, deslizando para formas de reducionismo em que haviam caído Marx e tantos outros pensadores do século XIX. O que tinha em vista era iluminar áreas pouco visíveis, aumentar a percepção da História, fazendo apelo aos recursos das ciências sociais, particularmente à economia. (FURTADO, 1997, p. 284).

Essas reflexões, uma vez sistematizadas, dariam origem ao livro *A economia brasileira*, dedicado a Prebisch, e cuja linha de análise se opunha frontalmente à orientação ortodoxa preconizada pela Fundação Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, Furtado decidiu criar uma sociedade civil destinada a veicular essas idéias. Assim nasceu o Clube dos Economistas, cuja primeira tarefa seria editar a *Revista Econômica Brasileira*, dirigida por ele mesmo e por Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral e Sidney Latini. Os participantes, na maioria, eram economistas vinculados a instituições governamentais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil, o DASP, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Fazenda. A revista representou um marco na divulgação de um pensamento que, na época, era considerado heterodoxo, progressista ou mesmo de esquerda.

Furtado voltaria à Europa em outubro de 1955, com o objetivo de acompanhar o processo de modernização do Estado francês em vista da constatação do seu atraso econômico. Conforme assinalou,

Os processos econômicos são cumulativos, [...] alternando-se fases de aceleração e de desaceleração. Os que ficam atrás, no desenvolvimento do capitalismo, quaisquer que sejam as razões históricas, passaram a ser estruturalmente diversos, dependentes tecnologicamente. Daí que lhes seja tão difícil recuperar o atraso. Para modificar essa situação, é necessário romper o círculo vicioso engendrado pelas 'regras do jogo', o que requer alguma forma de voluntarismo político. A ameaça externa, como no caso do Japão da restauração Meiji, ou simplesmente a consciência do declínio, como foi o caso da França depois da ocupação alemã, operaram como catalisadores da vontade coletiva que serviria de alavanca para reduzir o atraso. É para instrumentalizar essa vontade coletiva que se faz necessário redefinir as funções do Estado. Entre nós, à semelhança do ocorrido em outros países da América Latina, cristalizou-se no espírito público a grande aspiração do desenvolvimento, mas não se chegara sequer a compreender que isso exigia atribuir novas funções ao Estado e submetê-lo a maior controle social, pois são os segmentos majoritários da sociedade os verdadeiros beneficiários do desenvolvimento. Continuava a prevalecer a ideologia liberal que contrapunha a ação empresarial do Estado à iniciativa privada. (FURTADO, 1997, p. 297-298).

No entanto, desde 1954 verificava-se uma contra-ofensiva monetarista para fazer frente às teses desenvolvidas pela CEPAL. Esse movimento começou no próprio Chile, cujo governo contratou uma firma

privada para assessorá-lo em questões de política econômica. No ano seguinte, com a queda de Perón, na Argentina, Prebisch aceitou colaborar com a junta militar que se instaurou naquele país, mantendo, contudo, seu *status* de funcionário internacional. Celso Furtado criticaria as posições de Prebisch nas discussões realizadas na CEPAL, principalmente no que diz respeito à aplicação do conceito de inflação de custos ligada à pressão salarial nas economias subdesenvolvidas. Esse debate, aliado às posições de Prebisch em face da situação Argentina, reforçaria o grupo que, na CEPAL, procurava impor uma nova orientação à instituição. Dessa forma, acirrou-se a disputa entre monetaristas e estruturalistas, enfraquecendo-se a posição de Prebisch dentro do órgão.

Por outro lado, e diante das repercussões negativas provocadas pela publicação de *A economia brasileira* na sede da ONU, em Nova York, Celso Furtado decidiu aceitar a direção de um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México, do qual também participariam Oscar Soberón, Osvaldo Sunkel e Juan Noyola. Este último daria uma contribuição notável para a análise dos fenômenos inflacionários em economias subdesenvolvidas, introduzindo a diferença entre pressões inflacionárias e mecanismos de propagação da inflação. De acordo com Furtado (1997, p. 306-307),

As primeiras são rigidezes estruturais, característica do subdesenvolvimento, que vão desde a composição das importações geradoras da vulnerabilidade externa até a estrutura agrária, responsável pela inelasticidade da oferta de alimentos no mercado interno. A essas causas básicas adicionam-se outras, circunstanciais, como uma perda de colheita, que servem de detonador do processo de elevação de preços. As segundas são a parte visível do processo inflacionário. Com efeito, toda pressão inflacionária tende a propagar-se pelos distintos canais dos fluxos monetários, que constituem seu mecanismo de propagação.

A EXPERIÊNCIA NA INGLATERRA

No México, Celso Furtado teve oportunidade de conhecer Nicholas Kaldor, que o convidou para passar um ano no King's College, em Cambridge, na Inglaterra. O convite foi aceito imediatamente, e lá ele pôde estabelecer contato com grandes economistas de renome internacional, como Piero Sraffa, A. K. Sem, Piero Garegnani, J. E. Meade e Joan Robinson. Mas a grande preocupação de Furtado continuava a ser a realidade brasileira, e a releitura de *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, o levou a pensar

na possibilidade de elaboração de um modelo da economia açucareira de meados do século XVII. A pesquisa daria origem à sua obra mais conhecida, *Formação econômica do Brasil*, escrita entre final de 1957 e início de 1958. Como lembrou o próprio Furtado (1997, p. 331-332),

O método era o mesmo que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História. Diante de um tema tão vasto como era a formação da economia brasileira, sabia que seria difícil manter o mesmo nível de abstração ou grau de generalidade, razão pela qual inclinei-me a pintar um vasto afresco, onde cada segmento estruturado teria o valor de uma sugestão, de um convite para que o leitor continuasse pensando com sua própria cabeça. O importante era estimular outras pessoas a aprofundarem a investigação. O livro seria uma coleção de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas. Os detalhes historiográficos seriam praticamente omitidos.

A experiência em Cambridge marcaria definitivamente a formação intelectual de Celso Furtado. De fato, além de produzir *Formação econômica do Brasil*, lá ele teve oportunidade de participar de intensos debates, que o levaram a refletir profundamente não apenas sobre o próprio campo de trabalho dos economistas, como também sobre a vinculação entre a atividade intelectual e a militância política. Segundo Furtado (1997, p. 358-359),

A lição era clara: o trabalho de teorização em ciências sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política. Inclinei-me a pensar que ter escrito um livro como *Formação econômica do Brasil*, que poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste, representara o melhor emprego de meu tempo. Concluíra-o apontando para os dois desafios enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. Dessa vez, eu voltava para o Brasil com um projeto definido.

A VOLTA AO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Celso Furtado voltaria ao Brasil em 1958, sendo convidado por Cleanto de Paiva Leite, diretor do BNDE, para integrar a diretoria do órgão. No entanto, para aceitar, Furtado impôs como condição a dedicação

exclusiva aos problemas do Nordeste. Logo a seguir foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em 1959, diante da grave crise provocada pela seca na região, JK convocou uma reunião para discutir propostas de solução. Furtado apresentou os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo GTDN, sendo incumbido de elaborar um plano de política econômica para a região. O resultado foi um documento intitulado *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, no qual propunha a reformulação das diretrizes de aproveitamento dos solos e águas no semi-árido, a abertura de frentes de colonização, o incentivo à industrialização e soluções para o problema do fornecimento de energia elétrica. Sugeriu ainda a reorganização da economia do semi-árido, com a redução da agricultura de subsistência, a ampliação do número de trabalhadores assalariados, aumento da integração das unidades produtivas ao mercado, dinamização da pecuária e determinação do tamanho da unidade típica de produção segundo parâmetros ecológicos. A execução do plano ficaria a cargo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), constituído por representantes do governo federal e por governadores da região, sendo Furtado nomeado secretário executivo. O trabalho se transformou ainda no livro *A operação Nordeste*, publicado em 1959.

Pouco depois, JK convocou nova reunião, na qual Celso Furtado apresentou a idéia de transformar o CODENO numa instituição mais atuante, o que daria origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada como meta especial do governo Kubitschek, e da qual Furtado seria o primeiro superintendente. A experiência acabaria por levar à publicação do livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, no qual, além de abordar temas teóricos, analisava os problemas específicos dos países subdesenvolvidos, como a dependência externa, os desequilíbrios regionais e a inflação.

Furtado continuou no cargo até o início de 1963. Com o resultado do plebiscito de janeiro daquele ano, que determinou o retorno do sistema presidencialista e a retomada dos poderes executivos por João Goulart, ele foi nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento e encarregado de pôr em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, elaborado no ano anterior, e cujo principal objetivo era a adoção de uma política antiinflacionária que pudesse, concomitantemente, garantir a

retomada do desenvolvimento. Para tanto, propunha a realização de diversas reformas econômico-institucionais, entre as quais se destacava o enfrentamento da questão agrária.

De fato, diferentemente da ortodoxia, a política antiinflacionária do Plano Trienal previa:

a) manutenção de uma elevada taxa de crescimento do Produto; b) redução progressiva da pressão inflacionária; c) redução do custo social presente do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos; d) redução das desigualdades regionais de níveis de vida. (IANNI, 1971, p. 207).

É preciso salientar que a execução de um programa dessa envergadura, voltado para o aprofundamento do processo de substituição de importações, exigiria modificações estruturais na economia brasileira, dentre elas a que mais horror provocava nos setores agrários tradicionais: a reforma agrária. Assim, e apesar do empenho do governo em realizar as reformas previstas no Plano Trienal, sua execução acabaria por se inviabilizar ainda durante o primeiro semestre de 1963, uma vez que tanto a direita como a esquerda se mostraram intransigentes em relação a algumas medidas antiinflacionárias.

A derrota do Plano Trienal levou Celso Furtado a voltar à SUDENE. Todavia, a crise política continuaria a se agravar, culminando, como se sabe, no golpe militar de 1964. Diante desse fato, Furtado deixou a SUDENE, sendo substituído por João Gonçalves de Sousa. Logo depois, teve seus direitos políticos cassados. Exilou-se no Chile e, no segundo semestre de 1964, mudou-se para os Estados Unidos, onde assumiu o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Posteriormente, foi professor nas Universidades Harvard e Columbia, também nos Estados Unidos, Cambridge, na Inglaterra, e Sorbonne, na França, onde assumiu a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Voltaria ao Brasil somente em 1979, com a decretação da anistia. Nesse tempo todo, jamais abandonou suas preocupações com o desenvolvimento.

A importância intelectual de Celso Furtado foi resumida por Ricardo Bielschowsky, para quem ele

Foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil. Co-autor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira. Seu fôlego inesgotável e sua admirável capacidade de combinar criação intelectual e esforço executivo, assim como sua habilidade e senso de oportunidade para abrir espaço às tarefas desenvolvimentistas que propagava, explicam a grande liderança que exerceu entre os economistas da época. Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 132).

Quanto aos autores que marcaram sua formação intelectual, não há dúvida de que Raúl Prebisch foi o grande mentor.

Prebisch foi um homem público que negou seu passado ortodoxo diante das atrocidades causadas pelo mercado durante os anos 30. Além de Prebisch, J. M. Keynes foi outro grande autor a influenciá-lo. Com Marx, por intermédio de Karl Mannheim, o homem da sociologia do conhecimento, Furtado despertou interesse pela história enquanto processo. Podemos ainda citar Friedrich List, precursor da Escola Histórica Alemã, crítico da universalização da Escola Clássica e defensor do protecionismo como cimento para construção da nação; François Perroux, seu professor em Paris e formulador da teoria sobre pólo de desenvolvimento; Gunnar Myrdal e Joan Robinson. Cabe destacar que para entender a formação econômica do Brasil, Furtado foi iluminado pelos clássicos da ‘geração de trinta’: Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O que Furtado tem em comum com eles é a lógica das transformações estruturais da sociedade brasileira que marca profundamente nossa formação cultural. [...] Portanto, a força do pensamento de Furtado está na conjugação entre a CEPAL e o pensamento social brasileiro. (GOULARTI FILHO, 1999, p. 125).

Mas não apenas isso. Na verdade,

Furtado e Prebisch contribuíram, juntamente com outros teóricos como Samir Amin, Arghiri Emmanuel e o norte-americano André Gunder Frank, para demonstrar que o subdesenvolvimento, característica dos países do Terceiro Mundo, não pode ser considerado como mero atraso do desenvolvimento do capitalismo tardio. O subdesenvolvimento é uma consequência da forma como se processou a exploração da periferia pelo centro (países desenvolvidos), cujas raízes se encontram no choque ocorrido entre dois tipos de sociedade e de economias. (GADELHA, 2004, p. 216).

Para finalizar, e nesse momento em que a idéia de desenvolvimento foi totalmente esquecida, e que a teoria econômica parece engessada em princípios ortodoxos de estabilidade, os quais somente favorecem ao mercado financeiro, deve-se salientar um último aspecto, referente ao fato de que:

A morte de Celso Furtado não produzirá o consenso em torno de suas idéias, muito menos em torno das suas concepções acerca do subdesenvolvimento e das formas de sua superação. Essas questões vão além do puro embate acadêmico: elas se situam no campo da política, portanto, das lutas entre as forças que desejam superar e as que desejam manter a posição do país no mercado mundial capitalista.” (VIEIRA, 2004, p. 16).

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FURTADO, C. Contos da vida expedicionária. In: _____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- _____. A fantasia organizada. In: _____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- GADELHA, R. M. A. F. Pensamento hegemônico versus emancipação: repensando a atualidade de Celso Furtado. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 15, n.2(26), p.209-224, 2004.
- GOULARTI FILHO, A. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. *Economia*, Curitiba, p.123-137, 1999.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*. Brasília: IPEA, 2004.
- RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n. 53, p.371-377, 2005.
- VIEIRA, F. L. R. Celso Furtado, pensador do Brasil. *Conceitos*, p.15-26, jul.2004/ jul. 2005.

